

OUTRO OLHAR SOBRE A CIDADE: REFLEXÃO ACERCA DAS CASAS E SUA DINÂMICA VISUAL

Gabriela Barbosa de Souto

Graduanda do curso de História (UFCG)

gabiamykika@gmail.com

Alarcon Agra do Ó

Prof. Dr. da UAHG e da PPGH (UFCG)

velhice@gmail.com

Campina Grande tem como um marco de progresso e modernidade a chegada do trem, em 1907, que impulsionou a rápida expansão não só econômica, mas também urbana¹. Nesta época ainda se encontrava uma forte influência colonial na configuração cidadina, herança dos tempos de Colônia e Império no qual a cidade, se comparada a outras do interior paraibano do final do século XIX e início do século XX, estava à margem, econômica e socialmente. Em contrapartida, cidades como Areia já continham elementos mais modernizantes, importando azulejos e mobílias da Europa, assim já tinham incorporado à sua estruturação alguns sobrados em estilo colonial.

Sobre essa marginalização da cidade de Campina Grande em relação a outras cidades do interior e até mais afastadas da região portuária que a mesma, podemos fazer relação com as cidades da antiguidade sobre as quais nos fala Alain de Botton em *A Arquitetura da Felicidade*,

Na maioria das áreas, as casas continuaram a ser construídas como sempre tinham sido, usando o que havia ao redor, com uma ausência de consciência estética, o modesto orgulho do seu proprietário se baseava em primeiro lugar na sua capacidade de proporcionar abrigo. (BOTTON, 2007. Pp. 34)

Tais cidades tinham sua arquitetura demasiadamente semelhante, sem grandes alterações devidas tanto à falta de interação com outras regiões, como pela não necessidade da inovação nesse campo, visto que se tinha um objetivo maior a ser atingindo, a moradia. Sobre as influências arquitetônicas que Campina conhecia “suas

referências se filiavam às manifestações classicizantes da arquitetura brasileira, com a utilização de frontões, balaustradas, vergas em arco pleno, pilastras e predominância de casas coladas, térreas e simples” (QUEIROZ, 2009). Observando a *figura 1*, compreendemos a fala de Queiroz.



Fonte: Acervo pessoal de Severino Cabral Filho

Figura 1. Rua da Emboca, 1930.



Fonte: Acervo pessoal de Severino Cabral Filho

Figura 2. Rua da República, sem datação

Na Rua da Emboca (*figura 1*), percebe-se que esta ainda não possui pavimentação, no entanto a presença mínima de calçamento na frente das casas é significativa, assim como a aglomeração de um maior número destas fica evidente. A presença das platibandas² torna-se um diferencial, servindo tanto para esconder os telhados quanto as calhas, implicando assim que as águas das chuvas não caíam diretamente na via. Mas o problema de casas ainda simples, térreas, implantadas em

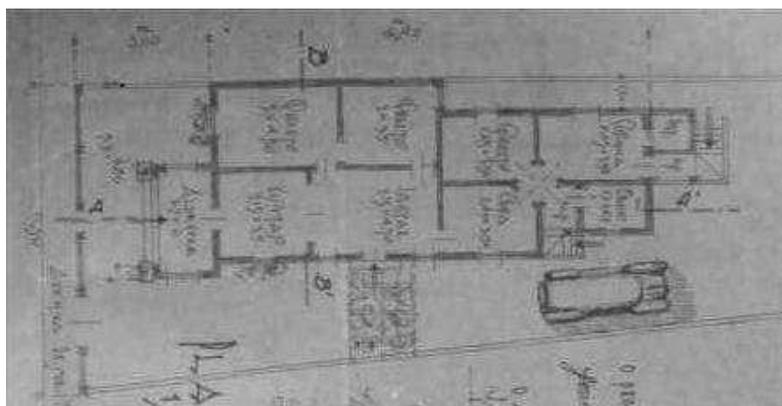
seus lotes estreitos e compridos, coladas umas às outras (QUEIROZ, 2009) e à rua permanece.

Apesar da intensa modernização vivida na cidade com a presença da Great Western Brasil Railway, a arquitetura urbana permaneceu estagnada nesse estilo mais próximo ao colonial. Ainda nos anos 1930, poucas são as casas que não ocupavam por completo o loteamento do terreno, e as que haviam feito um recuo frontal ou que estavam no centro do lote, permitindo a existência de jardins e até espaços para seus automóveis (*figura 3*), eram de uns poucos proprietários ricos. Na Rua da República vemos algumas novidades interessantes, como a presença de alguns muros tímidos, de postes de luz e a rua já pavimentada (*figura 2*). As casas pertencentes a essa diminuta elite campinense, já começavam a seguir as exigências higienistas que passaram a ser signo de civilidade e requinte à moda européia.

Comumente, as construções eram longilíneas, seguindo os padrões dos terrenos estreitos e compridos, variando apenas na quantidade de cômodos que as mesmas detinham. Quando não havia uma área destinada ao comércio (*figura 4*), a sala de estar, ou sala de visitas, ocupava toda a frente. A sala de jantar seguia para o quintal, e às vezes se comunicava com a frente da casa por meio de um corredor. No caminho deste ficavam as alcovas, ou quartos principais, sem janelas para comunicação com o exterior. A cozinha ficava nos fundos da casa, depois da sala de jantar, ocupando um espaço menor, permitindo o acesso da sala de jantar ao quintal. A escolha pelos fundos é explicada quando pensamos na fumaça e nos odores produzidos na cozinha ao longo das atividades lá realizadas, e ainda na proximidade com o reservatório de água, quando este existia. Também era no quintal que ficavam as hortaliças e os pequenos animais que serviriam de refeição. Essa relação de convívio de animais e pessoas foi condenada pelo discurso higienista, que indicava ser este um indício de promiscuidade e risco a saúde e a moral da sociedade.

Galinhas, cachorros e porcos soltos pelas proximidades da casa em área urbana, era sinal de que aquelas pessoas tinham uma percepção diversa do espaço em torno da casa, utilizando-o com uma liberdade que os preceitos da higiene burguesa não comportavam. (SOUSA, 2001. Pg. 138)

As ruas e as praças eram as verdadeiras delimitadoras dos espaços públicos e privados, sobre as relações entre a vizinhança, Sousa (2001) nos informa



Fonte: Queiroz (2008, pg. 141)

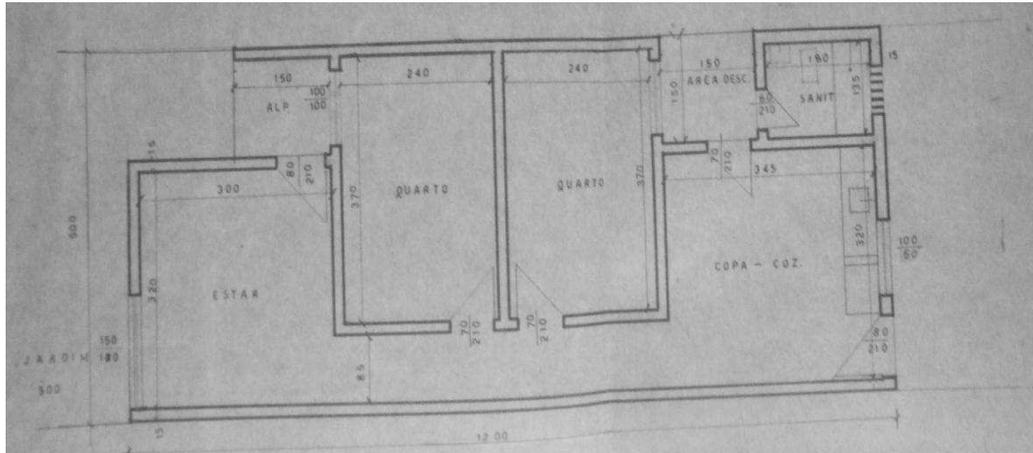
**Figura 3. Projeto de casa
Rua Desembargador**

**para José Branco Ribeiro, na
Trindade, 1935.**



Fonte: Queiroz (2008. Pg. 53)

Figura 4. Planta de casa (desenhada a partir de documento do Arquivo Público Municipal de Campina Grande) para implementação de quartos na propriedade de Guilherme Bispo, na Rua Frei Caneca, 1941.



Fonte: APMCG

Figura 10. Projeto de casa popular para Sra. Luiza Cândida da Silva, a ser reconstruída em alvenaria na Rua Silva Jardim, no bairro do José Pinheiro, em 1964.

Casas pequenas, na maioria parede-meia, onde ouvia-se tudo que ocorria na casa vizinha. Ao fundo da casa ficava a cozinha e após essa o quintal, onde parte dos afazeres domésticos era realizado e onde as mulheres conversavam, para dar vazão às agruras da labuta diária. Os quintais eram na maioria das vezes separados por cercas de varas, uma forma de limitar as andanças dos animais domésticos na cidade. Em frente da casa havia o terreiro ou a calçada, local que deveria passar por uma limpeza diária e que era usado pelas mulheres para colocar as conversas em dia e saber das novidades da vizinhança e da cidade. (SOUSA, 2001. Pg. 140)

A proximidade das casas, com as paredes literalmente coladas umas às outras, impedia qualquer tipo de privacidade, assim como a falta de recuo no loteamento trazia toda a agitação da rua para dentro da sala de estar, especialmente nos dias de feira. Sem contar que a área central da cidade era morada para uma grande quantidade de populares, que quase sempre moravam de aluguel. A presença de cortiços e de quartos para alugar, quase sempre construídos no espaço destinado ao quintal (*figura 4*), era fácil de constatar.

Os sistemas de abastecimento eram precários, logo a maioria das casas era abastecida ou com cisternas ou poços nos seus quintais, ou comprando água na porta de casa dos aguadeiros ou carregadores de água, uma atividade muito comum nesse começo de século. No início dos anos 1930, especialmente depois do Decreto nº 51, uma série de medidas sobre o embelezamento e saneamento é levada em consideração

pelos governantes de Campina Grande, principalmente acerca da Rua Maciel Pinheiro e adjacências

O decreto que propunha as mudanças aformoseadoras das ruas e praças centrais da cidade estava, em muitos sentidos, associado às percepções e articulações em torno de várias outras empreitadas saneadoras, como a localização do meretrício nos Currais, ainda no início dos anos 30; a derrocada do Cemitério Velho, nas Boninas, em 1931, e a venda do seu sítio para comerciantes e industriais instalarem armazéns e fabricas; a destruição da antiga cadeira, localizada na praça da Luz e Largo do Rosário, em 1934, transformada na aprazível praça Clementino Procópio e a construção de uma Penitenciária Pública no Monte Santo, a implantação do sistema de saneamento e abastecimento de água, 1935-1939 etc. (SOUSA, 2001. Pg. 282)

A casa da Rua Desembargador Trindade foi projetada em 1935 (*figura 3*), mostrando claramente que as mudanças propagadas pelo discurso higienista e pelas medidas do curto governo de Vergniaud Wanderley começavam a ganhar força. Na referida casa se vê nitidamente um recuo da entrada para a rua, com um espaço que permite a construção de um jardim. Antes de entrar na casa, passamos por um alpendre que comportaria um belo conjunto de cadeiras e mesa de centro, e chegamos então à sala de visitas. Ao seu lado tem um quarto, com uma janela que dá para a frente da casa, seguindo em frente vemos a sala de jantar e um outro quarto. Depois da sala de jantar há uma copa, ao seu lado um terceiro quarto. Temos de passar por um pequeno alpendre interno para alcançarmos a cozinha e o cômodo para banho.

Não tem como saber se essa casa já seria agraciada com o abastecimento de água, mas certamente sabemos que os proprietários estavam preocupados minimamente com sua higiene pessoal, tendo em vista que os banhos dificilmente aconteciam dentro das casas. Os banheiros, quando existiam, ficavam do lado de fora, no quintal, um cubículo cercado e com um buraco no chão para receber os dejetos, mas os urinóis continuavam fazendo parte da mobília dos quartos. No início do século era comum ver acontecer o despejo dos dejetos em locais públicos, como em ruas, no cemitério das Boninas ou na Rua Venâncio Neiva, conhecida por muitos como “beco da merda” ou “beco do mijo”. Com a implantação das fossas dentro das casas, os banheiros ficaram mais próximos à cozinha, mas ainda do lado de fora (*figura 4*). Na documentação pesquisada no Arquivo Público Municipal, podemos constatar que ainda nas décadas de

1940 e 1950 muitos proprietários fizeram solicitações para a instalação de penas-d'água, o que revela que as medidas almejadas pelo decreto ainda levariam um tempo para se concretizarem.

Na mesma década de 1940 em que Guilherme Bispo pedia a licitação para construir mais quartos nos fundos de sua propriedade, provavelmente para alugá-los, a Rua Venâncio Neiva passa por uma grande reforma e reorganização. Das construções mais simples e térreas que víamos antes, nos deparamos agora com uma rua quase repleta de sobrados, geralmente com lojas ou escritórios no pavimento de baixo e armazéns ou moradias em cima, alguns de grandes extensões³.

Alguns prédios antigos foram demolidos para a construção de novos e muitos terrenos mudaram de donos. Na rua conhecida antes por “beco da merda” foi construído também um banco, e até mesmo Vergniaud Wanderley era detentor um sobrado. Esse tipo de construção não possuía os recuos frontais e laterais, mas ainda sim deveriam estar adequadas a todas as normas de higienização, como a colocação de aberturas e poços internos que proporcionassem a circulação de ar e a incidência de luz solar dentro dos ambientes (Queiroz, 2001).

Com a reforma do centro da cidade, aqueles moradores considerados inadequados para os planos de revitalização do centro comercial urbano e a melhoria de sua infra-estrutura, com a conseqüente valorização dos preços dos terrenos, foram forçados a se mudar. Mas bairros recém loteados, como Prata e São José, já tiveram algumas de suas ruas melhoradas com pavimentação, rede de esgoto, água e luz elétrica, o que impedia a presença de populares pelo alto custeio que representava adquirir um projeto e pô-lo em prática dentro das normas exigidas pelo discurso higienista. Não somente isso, mas a fiscalização de obras (realizada por órgãos como o CREA, a Secretaria de Obras, etc.) desde os anos 1930 se mostrava bem rigorosa, exigindo que as construções tivessem adequadas aos novos padrões de estética que Campina estava adotando. Nos referidos bairros, algumas construções mais populares foram permitidas em ruas secundárias. As casas de taipa, por exemplo, deveriam ter pelo menos a sua frente construída em alvenaria e com uma fachada adequada.

Em alguns documentos pesquisados no APMCG, percebemos que já nos anos 1960, casas aparentemente mais populares ainda seguem a tendência de fachadas mais elaboradas. A senhora Luiza da Silva (*figura 5*), moradora do bairro José Pinheiro, que

deseja reconstruir sua casa em alvenaria, sendo a antiga provavelmente feita de taipa. O recuo na frente do terreno é mais estreito que o dos fundos, e não existem recuos laterais. Só temos acesso a porta de entrada através do pequeno alpendre do lado esquerdo. A sala de estar se conecta com a copa-cozinha por meio de um corredor, que dá acesso aos dois únicos quartos da casa. Nessa casa popular de 1964 ainda está nítida a forte influência daquele estilo próximo do colonial, tão combatido pelas políticas higienistas, mas por não ser um problema visível aos olhos da elite campinense, foi sendo deixado de lado, o que implica na reiteração de uma sociedade segregada.

O casario de Campina Grande, com exceção de alguns edifícios tipo *bangalow*, é acanhado e sem o menor gosto arquitetônico. É uma das minhas cogitações estimular a construção de prédios modernos que substituam os casebres inestéticos pelo menos na principal artéria da cidade⁴. (apud SOUSA, 2001, pg. 284)

Um dos grandes propagadores das reformas higienistas em Campina Grande, Vergniaud Wanderley explicita em seu discurso as razões para as mudanças na configuração urbana, especialmente na constituição e localização das casas que passaram a ser relevantes. A falta de estética, de um espaço privado e adequado as questões de saneamento e abastecimento de água eram problemas que deveriam ser resolvidos o mais rapidamente possível.

A mistura do espaço doméstico com o público, a presença de animais nas ruas e praças passa a ser malvisto pela elite burguesa campinense, que se estruturou posteriormente nessa área central que servia de morada para os populares. Assim como a mudança da feira para uma parte mais concentrada, e a colocação de lojas comerciais mais organizadas que atenderiam aos desejos burgueses nas Ruas Maciel Pinheiro e Venâncio Neiva, por exemplo, vão mudar as vivências nas ruas. Ao isolar a casa no centro do terreno, o que implicou na privacidade familiar até então inexistente, podemos perceber também que o sentimento de individualidade se acentuou, rompendo um pouco com a cena cotidiana de solidariedade vivida entre os pobres. (SOUSA, 2001)

Diante dos materiais utilizados nesse trabalho, notamos que ainda há muito por ser dito. Novas possibilidades se abrem para análise, por exemplo, com a documentação de licitação para reformas e construções, que permitem ao observador saber de dados interessantíssimos como nacionalidade, estado civil e profissão do solicitante. Da

mesma forma podemos entender como se deu a configuração dos bairros atuais, e refletir sobre as identidades que o local produz em seus moradores.

São mudanças na identidade arquitetônica que transformam o cotidiano das pessoas, seja por uma rua ordenada, coerente e linear, seja a preferência por fachadas que transbordassem modernidade. Seguir pelo viés da arquitetura é vislumbrar que a mesma pode “amplificar e solidificar tendências transitórias e tímidas, e portanto nos permitir acesso mais permanente a uma variedade de texturas emocionais que de outra forma só experimentaríamos acidental e ocasionalmente”. (BOTTON, 2007. Pg. 121)

NOTAS

1. Essa expansão urbana se refere mais ao aumento significativo de habitantes e moradores, e não tem relação com a mudança na arquitetura da cidade.
2. Faixas horizontais localizadas na parte superior das edificações.
3. À exemplo, podemos citar o projetado em 1950 para o Dr. Aluisio Campos, que tomava o comprimento do quarteirão entre as ruas Maciel Pinheiro e Venâncio Neiva.
4. Em entrevista, publicado em *A União*, nº 212, 24/09/1935, pg. 01.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTTON, Alain de. *A Arquitetura da Felicidade*. Tradução de Talita M. Rodrigues. – Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

CIDADES: Revista científica. Grupo de Estudos Urbanos, Vol. 5, n.7, janeiro a junho de 2008 – Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2008.

SOUSA, F. G. R. B. *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande 1920-1945*. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. *Arquitetura, cidade e espaço doméstico na Campina Grande (PB) das primeiras décadas dos novecentos*. Revista Tema (online), 2009.

_____. *Quem te viu não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)*. (Dissertação) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2008.